

Tomando alho por bugalhos: o decantado desenvolvimento do Norte de Minas

Making ducks and drakes of everything around: the so called development of the North Region of Minas Gerais

João Batista de Almeida Costa*

Resumo: Discussão crítica da noção de desenvolvimento por meio de duas estratégias inter-relacionadas. Por um lado, a partir da literatura sobre o assunto procuro desnaturalizar essa noção mostrando o contexto específico de sua emergência e de sua transformação em uma poderosa crença ideológica partilhada tanto pelos países centrais quanto pelos países periféricos. E, por outro lado, a partir de dados etnográficos e de interpretações historiográficas sobre o norte de Minas mostro que a noção de desenvolvimento possui significados variados para os diferentes grupos sociais que compõem esta região: as elites políticas e econômicas, os lavradores de descendência européia e as comunidades negras da Jahyba, dentre elas Brejo dos Crioulos, politicamente definidas como remanescentes de quilombo. Finalmente, faço uma leitura crítica sobre o compromisso ético dos intelectuais locais frente a estas populações e seus destinos.

Palavras-chave: Desenvolvimento, crença ideológica, crítica cultural

Abstract: Critical discussion on the notion of development through of two inter-related strategies. On one hand, from on the existing literature about the theme, I lead to the goal of denaturalizing this notion showing the specific context of its emergence and its metamorphosis on a powerful ideological faith, adopted and shared by both central and peripheral countries. And on the other hand, from the ethnographical data and historiographical interpretations about the North Region of Minas Gerais, I demonstrate that the notion of development has several meanings for different social groups which compose this region: the political and economic elites, the peasants of European descendent and the African descendents communities in the Jahyba region, among these, Brejo dos Crioulos, politically referred as the remainders of quilombos (almost inaccessible hiding-places of fugitive Negro resisting slavery). Finally, I develop a critical analysis on the ethic compromises of the local intellectuals before these peoples and their future

Key words: Development, ideological faith, cultural criticism

* Doutor em Antropologia Social, é professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e membro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

A fascinação do desenvolvimento

Estudando a História do Desenvolvimento, Gilbert Rist (2002) informa que o mesmo foi longamente construído no escopo do processo de constituição de um sistema mundial, em quatro movimentos gerenciados, a partir dos países centrais com sua emergência no século XIX, na vigência do colonialismo. Isto não quer dizer que a noção de desenvolvimento tenha surgido nesse período; o autor mostra que ela tem raízes na Grécia Antiga. A partir de 1870, alguns Estados europeus “colocaram por esse tempo, a idéia dominante em prática e, neste sentido, abriram o caminho do desenvolvimento”¹. Esse foi o período em que as brutais relações de poder existiam paralelas a sentimentos paternalistas de responsabilidade, para com as populações colonizadas que necessitavam serem “civilizadas”. O segundo movimento ganhou dinâmica com a Liga das Nações que legitimou a internacionalização das intervenções dos países europeus, em nome de suas civilizações consideradas como sua herança comum para todos os povos.

O terceiro movimento emerge após a II Guerra Mundial, a partir da hegemonia dos Estados Unidos que introduziu um novo paradigma nas relações entre as nações que “mobilizam suas energias para produzir mais, para investir, para fazer trabalhar, para expandir o comércio. Mas no fim, se a oportunidade é aproveitada, o povo se harmoniza com os esforços requeridos e uma era de felicidade, paz e prosperidade nascerá do benefício que todos contribuiram”². Assim, a idéia de desenvolvimento é construída como a única solução possível para os problemas da fome e da escassez da humanidade, que é então dividida entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Estes eram definidos por sua carência, mais do que como resultan-

tes de circunstâncias históricas e por serem tratadas simplesmente como pobres, sem se procurar as razões para suas destituições. Ao se colocar o foco nas carências das populações, passa-se a afirmar, a partir do ponto de vista do capitalismo, que as sociedades tradicionais são miseráveis. Nesse período, a política de desenvolvimento fez do crescimento e da cooperação, concebidos em termos tecnocráticos e quantitativos, a única resposta possível para os Estados, as nações, as sociedades, as regiões, os grupos, as empresas, etc. E, finalmente, o quarto movimento emerge com a globalização e a questão da sustentabilidade do sistema mundial.

Nestas quatro etapas, a idéia de desenvolvimento transformada em um longo processo desde os países mais ricos, em uma crença global; foi sendo assumida por todos os rincões do planeta como estratégia de transformação das condições das economias, das sociedades e, ao mesmo, tempo como o desejo capaz de situar os Estados, as nações, as sociedades, as regiões, os grupos, as empresas, as pessoas, no mesmo patamar de civilização existente nos países centrais.

Creio ser possível compreender a concretização desse desejo assumido por todos em duas estratégias distintas, não sendo, entretanto, excludentes entre si. Embora tenha havido, no caso dos países subdesenvolvidos, o privilegiamento de uma delas: o estabelecimento da dependência no escopo da Divisão Internacional do Trabalho. Ou seja, os países periféricos, gerenciados pelo Estado, vincularam suas economias ao capital internacional, inserindo-se no mercado mundial como “exportadores de um ou de poucos produtos primários...; estabelecendo padrões similares de especialização interna e dependência externa que consolida o papel das nações do tercei-

¹ Tradução livre de “put the then dominant ideas into practice and, in a sense, opened the way to development”. (Rist, 2002:47).

² Livre tradução de “energies are mobilized to produce more, to invest, to get down to work, to expand trade. But in the end, if the chance is seized and people agree to efforts required, an era of happiness, peace and prosperity will dawn from which everyone stands to benefit” (Rist, 2002:77).

ro-mundo, como sociedades exportadoras da natureza” (Coronil, 1997:6)³.

No caso dos países da América Latina, a estratégia da dependência nascida no interior de organismos internacionais de cooperação, como a CEPAL⁴, possibilitou que cada estado nacional implementasse sua política de desenvolvimento, estabelecendo a dependência com o capital internacional que viabilizou a modernização da estrutura econômica de cada um dos países do continente. Dessa forma, aprofundou-se ainda mais a posição destes países no interior da Divisão Internacional do Trabalho.

A outra estratégia, creio ser possível lê-la a partir da perspectiva antropológica, quando se debruça na busca de compreensão das especificidades de regiões culturais que se caracterizam pelo processo de ocupação humana; havendo “conformidade entre as fases e tipos de evolução econômica e política e as de desenvolvimento social” (Diegues Jr., 1960:15)⁵. Para este autor, as fases da ocupação humana de uma dada região representam, por um lado, marcas positivas do povoamento do território e, de outro lado, as condições possíveis à criação de um *habitat* para os grupos humanos. Dentre as características que conformam o sistema construído em cada região cultural, a principal foi a criação de condições ideais de integração ao meio, propiciando a emergência de um modo de vida específico. Não quero enfatizar aqui o determinismo existente em sua compreensão e já ultrapassado na antropologia, quanto ao estabelecimento de culturas e identidades regionais, pois constituem-se construções mentais. Para o autor, entretanto, esse modo de vida específico consiste na “aplicação de técnicas para o aproveitamento dos elementos da região, a fim de se obterem os recursos e os meios encontrados no ambiente ou por este proporcionado” (Diegues Jr., 1960:18).

Creio que uma contribuição da antropologia seria fundamental para trazer para a cena discursiva sobre desenvolvimento, as múltiplas possibilidades com que cada sociedade deve tratar do tema. Ao trabalhar com o ponto de vista do nativo, a disciplina nos permite tomar consciência da existência de lógicas e de estratégias desenvolvidas pelas populações excluídas dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico. Ao possibilitar reconhecer as diferenças, a antropologia nos permite tornar visíveis as lógicas e estratégias dessas mesmas populações que processam suas vidas, por outros caminhos paralelos e concomitantes ao caminhar capitalista.

Procurar compreender a questão do desenvolvimento a partir das considerações aqui postas, é dar ênfase à maximização das potencialidades que, historicamente, cada região construiu nas relações estabelecidas pelas populações, entre grupamentos humanos e deste com o meio ambiente. Vejo, nesta perspectiva, a possibilidade de política de desenvolvimento distinta da propugnada pela CEPAL, ou seja, a política da dependência como fator precípua de desenvolvimento.

Uma outra política de desenvolvimento é possível. A antropologia tem evidenciado em trajetórias de seus estudiosos que o homem moderno, por especulações filosóficas e sociológicas, procurou suprimir as diferenças para explicar a diversidade das culturas e assim, ao fingir reconhecê-las, cria uma humanidade única e idêntica a si mesma, como discute Lévi-Strauss (1976). Por sua vez, Bourdieu (2004), ao discutir a economia dos bens simbólicos, informa a existência de outras racionalidades que não a racionalidade econômica. Seu argumento, apesar de procurar evidenciar outras possibilidades de cálculo que não o econômico, torna propício afirmar que

³ Livre tradução de “export of one or a few primary products... establish similar patterns of internal specializations and external dependence which consolidate the role of third-world nations as what I call nature-exporting societies”.

⁴ Neste sentido veja a obra de Cardoso e Falleto (1984).

⁵ Manoel Diegues Júnior desenvolve estudo das *Regiões Culturais do Brasil*, a partir de estudo de sociologia regional desenvolvido por Radhakamal Mukerjee (*Regional Sociology*. New York e London, 1926).

em uma dada sociedade, seja local, regional ou nacional, possui, em um dado tempo, projetos de mudanças de si mesma nascidos de outras formas de produção, subsumidos sob o projeto e ao modo de produção hegemônico que não extermina aqueles que se lhe opõem, ainda que surdamente, pois continuam sendo atualizados nas práticas e estratégias de populações em todos os rincões do planeta.

Há aí, a possibilidade de se pensar o desenvolvimento, como sendo diferenciado para as múltiplas formas de produção de uma dada sociedade submetidas ao modo de produção hegemônico. Contudo, as sociedades são tratadas pelos formuladores dos modelos e das políticas de desenvolvimento como uniformes e as diferentes estratégias e lógicas produtivas atualizadas no interior da sociedade não são reconhecidas e, por isto mesmo, são invisibilizadas.

Como os países periféricos optaram pela dependência como forma para permanecer no mercado mundial; a estratégia de desenvolvimento nacional, regional ou local pautou-se pela transformação das condições de produção e pela oferta de produtos necessários ao mercado de consumo global, na perspectiva capitalista, sem considerar amplamente as potencialidades de cada local, cada região ou cada nação. Na afirmação de Coronil (1997) de que os países do terceiro-mundo se constituíram como exportadores da natureza, a permanência dos mesmos vincula-se, assim, à oferta de produtos primários ou de matéria-prima para os países centrais, tais como minérios e produtos agrícolas que são transformados nos países importadores desses mesmos produtos, agregando-lhes valores para reexportá-los para os países fornecedores de matéria-prima. Há também a demanda por frutas tropicais e artigos exóticos que os países periféricos procuram disponibilizar para o consumo dos países ricos. A dependência, desta forma, é mantida em consonância com a Divisão Internacional do Trabalho.

O desenvolvimento dependente, entretanto, não caminhou em “céu de brigadeiro”, tendo sofrido críticas que possibilitaram posicionamentos contrários

e a emergência de estratégias distintas à capitalística, para viabilizar às populações que foram excluídas das benesses implementadas, pudessem ter acesso a um padrão de vida mais digno e mais justo. Interessamos focalizar estratégias alternativas.

E, encerrando esta introdução, visualizo o sentido do conceito de desenvolvimento social em que operacionalizo minha argumentação. Vejo-o como uma estratégia política, através da qual os grupos humanos desenvolvem a capacidade de resolver seus problemas e consolidar o bem estar socialmente definido pela otimização dos recursos sociais; revertendo-os em benefício da totalidade social em todos os seus aspectos. Quero enfatizar, sobretudo, o posicionamento político subjacente à busca de recusa, à exclusão e ao desrespeito à diferença. Se há romantismo nesta concepção, creio que ela decorre do “desenvolvimento como crença” ser considerado em todos os rincões do planeta, como um fenômeno positivo que deve propiciar a realização dos desejos sociais. Neste sentido, a minha fala é politicamente localizada e compromissada (Bhabha, 1998), traduzindo o meu posicionamento na busca do “bem estar socialmente definido em benefício da totalidade social em todos os seus aspectos”.

Meu envolvimento com grupos populares, principalmente rurais, negros, brancos e mestiços, não me permitiria pensar o desenvolvimento social excluindo quem quer que seja das benesses da busca de realização de uma sociedade, como ocorreu com a política de desenvolvimento implementada no Brasil sob a égide da dependência. Sei que nem sempre as sociedades se posicionam na busca da solução de seus problemas revertendo os resultados em benefício de todos, já que vivemos em uma sociedade com hegemonia de classes, submetendo outras à dominação. E, no caso do nosso país, onde as classes mais abastadas privatizam as riquezas da nação em benefício de poucos, fazendo com que a emenda tenha sempre sido pior que o soneto.

Entretanto, no desenvolvimento de sua subalternidade, recorrentemente parcelas excluídas

das populações mundiais têm pautado sua ação, estruturando-as por meios da solidariedade, da reciprocidade e da cooperação com as populações dos países mais ricos. A economia solidária que emergiu como estratégia dos trabalhadores no momento da emergência do capitalismo, como modo de produção tem sido amplamente discutida, neste sentido vide a argumentação de Paul Singer (2000). A economia da reciprocidade tem sido pensada, a partir do Ensaio sobre o Dom do antropólogo francês Marcel Mauss. Ela pode ser encontrada tanto nas sociedades chamadas primitivas, nas comunidades rurais, comunidades tradicionais, quanto no cotidiano da economia urbana. Para tanto, estudos desenvolvidos por Caillé (2002), Godbout (1999) e Godelier (2001). E, finalmente, a economia da cooperação nascida da ajuda que as populações dos países mais ricos têm dispensado, para os organismos das sociedades civis periféricas. As ações daí derivadas emergem a partir de lógicas distintas, à lógica capitalista dominante. Na afirmação de suas subalternidades por meio dessas lógicas, em que o objetivo último é a plena realização do homem⁶, implementa-se na vida de agrupamentos humanos o desenvolvimento social, no sentido em que desenvolvo a minha argumentação, por elas inspirado.

Mergulhando na trama da realidade regional para entender o seu desenvolvimento

As populações paulistas, baianas e, posteriormente, mineiras que ocuparam o Médio São Francisco estruturaram um sistema de produção desde meados do século XVII até meados do século XX baseado no criatório extensivo de gado, aproveitando as

condições ambientais propícias a esta atividade, na produção agrícola e no extrativismo vegetal e mineral⁷. Em outro momento, argumentei neste sentido que as formas de ocupação e modos de organização da produção ocorreram e estruturaram-se num ritmo bastante lento, determinadas por mudanças internas e por contatos externos, já que a região, conforme Machado (1991), estabeleceu relações inter e intraregionalmente, (Costa, 1997:79).

As unidades produtivas estruturantes dessas formas de ocupação e modos de organização foram, por um lado, a grande fazenda de criação extensiva de gado e as unidades sociais dos lavradores, sendo que nelas havia a articulação de outras atividades com a atividade caracterizadora de cada uma delas. No caso da grande fazenda, sua autonomia, já que se constituía um todo econômico, requeria a atividade agrícola com o beneficiamento de diversos produtos. E das unidades sociais de lavradores, também constituídas como um todo econômico, necessitavam da criação de gado e do extrativismo vegetal para garantir a sustentabilidade de sua autonomia. Ressalto que tanto grandes fazendeiros⁸, quanto grupos de lavradores se dedicavam, em algumas áreas do território regional, à atividade de mineração, principalmente de diamante e, finalmente, à caça e à pesca. As unidades sociais de lavradores continuam a articular para seu sistema produtivo a pecuária, a agricultura e o extrativismo, seja vegetal ou mineral, aliadas à oferta de mão-de-obra no mercado agropecuário nacional, enquanto as grandes fazendas se especializaram na criação intensiva de gado ou se transformaram em objeto de especulação imobiliária.

⁶ Karl Marx ao discutir as formas não capitalistas de produção em *Grundrisse* afirma que o objetivo último das mesmas é a realização do homem, enquanto o objetivo último do capitalismo é a riqueza. E como o mesmo autor demonstrou em toda a sua obra a riqueza construída não é para a totalidade dos seres humanos, mas para os detentores dos meios de produção.

⁷ Diversos autores que têm tratado da questão da formação econômica do norte de Minas têm informado a articulação das atividades pecuária, agrícola e extrativista na estruturação do sistema produtivo regional. Vide Gonçalves (2000), assim como Oliveira e outros (2000).

⁸ Vide os capítulos dedicados por Simeão Ribeiro Pires (2001) ao Barão de Jequitai e aos garimpeiros de Grão Mogol, capitaneados por João da Costa.

No período inicial de ocupação do território e de constituição da sociedade norte mineira, paulistas e baianos dedicaram-se à produção de gêneros alimentícios para o sistema açucareiro do Recôncavo baiano e para a cidade de Salvador. Com a descoberta do ouro no sertão dos Cataguá e a dependência dos mineradores por gêneros alimentícios, os criadores de gado dos chamados *Currais do São Francisco*, voltaram sua atividade produtiva para o abastecimento da zona de mineração aurífera.

Co-temporalmente, no interior da Mata da Jahyba, comunidades quilombolas estruturaram, por meio da lógica da reciprocidade, forma de ocupação e modo de organização alternativo à sociedade escravocrata, dedicando-se à produção de gêneros alimentícios e criação de gado. Dos indígenas que existiam na área pouco se tem notícia, devido ao extermínio capitaneado pela bandeira de Mathias Cardoso de Almeida, que para cá se dirigiu a fim de aprisionar e vender, nos mercados urbanos das vilas de Salvador e de São Paulo, os membros das sociedades autóctones que não sucumbiam à guerra biótica. Mas, ficou o legado dos índios escravizados que faziam parte dessa bandeira e que tinham na caça, pesca, coleta e cultivo de algumas espécies vegetais o modo de organizar sua produção. Estudando uma comunidade negra na região da Jahyba, mas preocupado em entender o sertão, afirma que:

A dominação branca e a subordinação dos não-brancos se constituíam, então, não só na própria lógica da expansão colonial, mas se desdobravam também na lógica da produção de um espaço social branco. No interior dessa lógica, o território e o espaço social do “outro”, da alteridade radical do branco, eram considerados virtualmente adstritos à etnia superior. Para resistir a esta lógica de agressão e violência, os “outros”, os índios e os negros, opuseram uma lógica de resistência semelhante, mas oposta, construtora de uma territorialidade e de um espaço social não-brancos. (Costa Silva, 1998: 3)

A realidade regional constitui-se como o resultado da conjugação dessas lógicas distintas, a dos brancos – colonial – e a dos não-brancos, alternativa à lógica hegemônica. Essa conjugação propiciou articular um sistema de produção complexo e multifacetado.

Na cidade de Matias Cardoso, ponto focal da emergência do norte de Minas em suas características distintivas e específicas do período inicial, como uma era de ouro da região, constitui-se o ponto de partida de uma realidade a completar-se e ter seu apogeu no futuro. O comércio estabelecido com a região mineradora propiciou que parte do produto explorado na região das minas gerais⁹ aqui viabilizasse a ampliação da forma de ocupação e do modo de produção, alargando, ainda mais, as possibilidades sócio-econômicas regionais. Na história dos princípios norte mineiros, a realidade social que se instituiu, abriu-se para o desenvolvimento da população, com a implantação de escola de humanidades para os filhos da elite e escola de artes e ofícios para os filhos das camadas subordinadas. Ambas as escolas foram implantadas em Pedras de Baixo por Maria da Cruz Vasconcellos (1900).

Mas, a quantidade de ouro que foi trazida para a região com o comércio estabelecido com a zona mineradora foi tamanha, dada a carência por alimentos dos exploradores do ouro, que a metrópole portuguesa considerou tal comércio uma dilapidação do seu tesouro e impôs aos criadores de gado o barateamento dos produtos e o que se convencionou chamar de “isolamento do sertão”. Os caminhos que se dirigiam do sertão para as regiões mineradora e açucareira foram declarados fechados e o comércio proibido.

A lógica que neste período impede o desenvolvimento da atividade comercial e o aparecimento de uma ordem privada, “capaz de realizar uma acumulação interna de capital, dado importante em se tratando de

⁹ Quando grafo em minúsculas não estou me referindo ao Estado de Minas Gerais, mas à região mineradora, cuja denominação foi dada à unidade administrativa.

uma economia colonial” (Anastasia, 1983:1), foi aquela do *antigo sistema colonial da era mercantilista*, (Novais, 1979). Estudando a formação desse sistema e considerando-o patrimonialista, Martins (1993) considera que a institucionalização do poder e da autoridade em Minas Gerais, para garantir o monopólio da coroa portuguesa sobre toda e qualquer atividade produtiva, submeteu os criadores de gado dos *Currais do São Francisco*, a esse mesmo poder. A ordem privada que se estruturava incipientemente é, então, desmontada na Conjuração Sanfranciscana de 1736 pela imposição da ordem colonial do Estado Patrimonialista Português. Dessa forma, por meio de políticas públicas instituídas pelo governo da Capitania de Minas Gerais, a ordem privada que emergiu não se consolidou e com a derrota em 1736 iniciou-se o retrocesso no desenvolvimento social e econômico instaurado pelos criadores de gado do século XVI e XVII.

Não obstante, o isolamento da região propiciou a consolidação de um modo de vida pautado sempre na manutenção do sistema produtivo estruturado, apesar da desaceleração do caráter eminentemente mercantil das origens. Deriva daí a constituição da autonomia das fazendas e das unidades sociais de lavradores que se estruturaram como um todo econômico. A constituição de um espaço social branco, com o chamado isolamento do sertão é suspensa e o espaço social dos não-brancos amplia-se. Na segunda onda de dominação branca e de subordinação dos não-brancos, as histórias das comunidades negras da Mata da Jahyba narram a agressão e a violência com que as comunidades foram extintas ou “aprioadas” à relações sociais que destruíram a autonomia de cada uma dessas unidades sociais.

Outros surtos mercantilistas ocorreram na historicidade da região, como informa Machado (1991) e Cardoso (2000). Além do estabelecimento de comércio com outras zonas mineradoras, notadamente a goiana e a matogrossense, houve a exploração comercial de algodão no período da guerra de secessão americana, quando o nordeste brasilei-

ro forneceu esta matéria-prima para a indústria têxtil inglesa, bem como a exploração comercial do látex de maniçoba e de mangaba durante o *boom* da borracha e, já a partir do final do século XIX, novamente forneceu a produção de algodão para as indústrias têxteis nascentes no Brasil. Todas essas explorações propiciaram uma acumulação primitiva de capital que foi drenado pela Inglaterra quando da renovação tecnológica das indústrias têxteis. Pela venda do maquinário então existente e que no norte de Minas possibilitou a implantação de diversas fábricas de tecido, este capital, primitivamente, acumulado foi exportado. Mas, o que vale reter é a rentabilidade do sistema produtivo regional.

Apesar da opressão da implantação do Estado Patrimonialista Português, depois transformado em Estado Patrimonialista Brasileiro, no norte de Minas as formas de ocupação e os modos de produção que estruturam o sistema produtivo regional possibilitou formas de desenvolvimento social. Expôs, anteriormente, que cada unidade produtiva, seja a grande fazenda, sejam os conjuntos de lavradores possuíam independência devido a se constituírem um todo econômico autônomo, havendo, entretanto, interdependência entre essas unidades, conjugando e dando concretude, por meio de lógicas diferenciadas, à realidade regional.

A compreensão das potencialidades regionais pode ser apreendida de diversas formas, mas utilizo a trajetória do Barão de Jequitai para demonstrar meu argumento da capacidade geradora de riqueza da região. Cipriano de Medeiros Lima foi um ex-escravo que, como um *self-made-man*, construiu a maior fortuna regional, conjugando a criação de milhares de cabeças de gado em suas vinte e cinco fazendas, produção agrícola, mineração de diamante e participação em sociedades comerciais e industriais, (Pires, 2001). Ao mesmo tempo em que se constituiu na principal personalidade política regional de quem os representantes eleitos para a Assembléia Estadual e para a Câmara Federal dependiam para concretizarem seus sonhos políticos, (Amorim, 2000).

Nesses tempos passados, a vida social norte mineira era vivida pela articulação de lógicas distintas vinculadas por um lado à elite e por outro às camadas subordinadas. O distanciamento entre as mesmas era relativizado por um padrão de vida que, para o aventureiro inglês Richard Burton (1977), constituía-se a realização da igualdade na teoria e na prática, como em nenhum outra parte do mundo, por onde andou. Em um relatório sobre o trabalho que desenvolvia no norte de Minas e encaminhado à Abadia de Premonté na Bélgica, o cônego Maurice Gaspar (s/d) descreve o padrão de vida da população sertaneja a que assistia como prelado preocupado em “civilizar” os norte mineiros. Sua visão da realidade regional confirma a afirmação peremptória do aventureiro inglês. Havia atividades vinculadas à lida cotidiana com as atividades produtivas, mas havia também atividades vinculadas às necessidades do espírito, como descreve o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1975) que assiste, por exemplo, a um concerto de uma orquestra de câmara na vila do Salgado, atual cidade de Januária. Outro viajante estrangeiro que passou pela região, o espanhol Manoel Bernardez (s/d) informa que a população era muito musical, lembrando-o, muitas vezes, as sociedades étnicas africanas, pois todos desenvolviam suas atividades laborais ou lúdicas sempre ao som das vozes masculinas ou femininas, cantando cantigas que ajudavam a amenizar a lida diuturna.

Há, ainda, uma outra parcela da população norte mineira que se distingue dessas outras parcelas tratadas por mim. Qual seja? Aquela situada nos sopés da serra do Espinhaço, distinta da população negra que se localizou, tradicionalmente, no interior do vale do rio Verde Grande. Não existe nenhum estudo sobre sua origem, mas sua cor informam-nos tratarem-se de descendentes de camponeses europeus que migraram para esta área regional. A lógica produtiva dessa população branca e caatingueira distingue-se por sua racionalidade mercantil. No processo de modernização da produção regional, essa racionalidade proporcionou às unidades sociais familiares vincularem-se

às práticas produtivas introduzidas pelos técnicos dos organismos de Estado.

O resultado dessa vinculação foi principalmente o estrangulamento dessas unidades produtivas durante o *boom* do algodão, ajudado pela presença do bicudo do algodoeiro.

Em um outro momento, Costa (1997), afirmo e reafirmo aqui, que a vida social norte mineira articulava os interesses das elites com os interesses das camadas subordinadas, dado que cada fazenda ou cada unidade social de lavradores, respectivamente, constituíam-se um todo econômico independente e interdependente. Como politicamente as camadas inferiores não significavam nenhum voto, o poderio dos coronéis sobre a população em geral expressava-se mais no estabelecimento de uma rede de troca de favores mútuos. Essa realidade permaneceu em vigência amplamente até meados do século XX.

O caso do desenvolvimento recente do norte de Minas

Nos anos 1940, começa a emergir muito lentamente o processo de ruptura das relações verticais que vinculavam a elite e as camadas subordinadas, com o aparecimento das sociedades e sindicatos rurais. Esse é o período do estabelecimento de vínculos intra membros da elite, mesmo que mantendo, ainda, relações verticais articulando-os à população em geral. A constituição dessas entidades e, em Montes Claros, a organização de uma cooperativa agro-pecuária marca a divisão de interesses diversos entre a elite regional e a população em geral, cindindo a organização social em dois blocos distintos. Essa ruptura nas relações sociais norte mineiras foi imprescindível para viabilizar o sucesso das fazendas, transformadas em empresas, após a implantação do processo de modernização da agricultura brasileira capitaneada pelo regime militar.

A partir dos anos 1960, com a implantação, via governo federal, de uma estrutura subsidiária necessá-

ria à consolidação das relações capitalistas de produção no norte de Minas, a região passa por uma transformação radical¹⁰. A terra livre e apropriável ao ganhar valor mercantil passa a ser disputada violentamente por setores urbanos no intuito de afazendarem-se e amealharem recursos disponibilizados pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste do Brasil que gerenciava o FINOR. As unidades sociais de lavradores sofreram a fragmentação, a diminuição ou o fencimento com as vendas forçadas de suas terras sob a mira das armas de bandos de jagunços, como no caso de Cachoeirinha (Santos, s/d) concentrando as terras regionais nas mãos de poucos. Ao mesmo tempo, empresas urbanas das metrópoles nacionais, para conseguirem abatimento no imposto de renda, iniciam a aquisição de fazendas por toda a região; os membros das famílias de lavradores iniciam seu êxodo rural e transferem residência para São Paulo e cidades paulistas ou para algumas cidades norte mineiras.

Em algumas cidades regionais, Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Capitão Enéas e Várzea da Palma dá-se a implantação de atividades industriais intensivas em capital, pouco absorvedoras da mão-de-obra regional migrada para as cidades. Forma-se um exército de reserva imenso que força os preços dos salários para baixo. Lentamente, estrutura-se nessas cidades a implantação de bens de consumo coletivo, para tentar minimizar a situação de pobreza em que

a população rural migrada passa a viver. Implementa-se regionalmente o projeto piloto de saúde conhecido como Projeto Montes Claros que fornece os alicerces para a constituição do Sistema Único de Saúde que passou a vigorar no país a partir dos anos 1980. Contudo, a principal necessidade da população que se transformou em carente: o emprego, não se verificou; pois um número elevado de habitantes das cidades permaneceu e permanece desempregado ou subempregado. As camadas médias absorvem parte desse exército de reserva em atividades domésticas ou como empregados em construção civil, dada a ampliação do número de moradias. Montes Claros, cidade com cerca de 50.000 habitantes nos anos 1960 vê sua população aumentar para próximo de 200.000 habitantes em apenas uma década. A maioria dos municípios regionais que possuíam majoritariamente uma população rural sofre a inversão da demografia local, com as sedes municipais passando a deter a maioria da população municipal devido à concentração da terra em mãos de poucos e o êxodo rural vivenciado.

Ressalto, ainda, que a implantação de uma floresta de eucalipto nas chapadas regionais aprofunda a desestruturação dos sistemas tradicionais de produção. As chapadas não pertenciam a ninguém, mas como bosques comunais eram de utilização coletiva pelas unidades sociais de lavradores e mesmo de fazendeiros para a solta do gado, para a caça e a coleta

¹⁰ Consoante à argumentação de Selma Sena (2003) de que os centros sempre se construíram a si e a suas margens. A partir daí pensam as situações econômicas, sociais, culturais e políticas das suas fímbrias como mesquinhas, não propiciando legitimidade às regiões porque não as reconhecem como tal, como soi ser o caso entre mineiros e baianos estudados por mim (2003). No caso do desenvolvimento do norte de Minas há que considerar o papel do governo federal no processo de desenvolvimento regional pautou-se pela formulação do modelo e pela atuação na implantação de toda a infra-estrutura necessária à estruturação do capital para modernizar o sistema produtivo regional. Ao mesmo tempo, Minas Gerais gestou seu modelo de desenvolvimento e implementou as políticas necessárias para alavancar o estado em seu processo de modernização. Penso que a atuação do governo federal no norte de Minas se deu devido à ausência no planejamento mineiro de qualquer forma de intervenção na economia norte mineira, pois, afinal, esta foi e continua sendo uma região construída socialmente às margens da sociedade mineira. Assim, não havia porque pensar o seu desenvolvimento como parte integrante da modernização do sistema produtivo mineiro. Mas, a partir da alocação de recursos do governo federal, via Sudene e Finor, o estado mineiro passa a captar recursos para ampliar sua burocracia e capturar o sertão. Neste sentido entendo o financiamento para a ampliação da Telemig, Copasa, Cemig como forma de estruturar as bases para a estruturação do capital na região. Há, ainda, que considerar os recursos captados para as áreas de educação e saúde. Ou seja, o primo rico explorando as vantagens comparativas do primo pobre para poder modernizar-se.

de frutos e remédios passam a ser apropriadas por empresas criadas para captação de recursos subsidiados do governo federal. As terras dos lavradores que permaneceram na zona rural, além de terem sido diminuídas de tamanho no cercamento das fazendas criadas, que deu início ao processo de desestruturação do sistema produtivo tradicional, passam a sofrer de carências como a diminuição das águas disponíveis e com a quebra do ciclo climático que conjugava em uma década um período generoso de chuvas e um período de seca. A quantidade de água de chuva regional permanece a mesma, mas ocorreu a concentração do volume de água precipitada para poucos meses do ano, ajudando a agravar a situação das unidades sociais de lavradores, ocupando diminutas glebas de terras que não propiciam a reprodução dessas mesmas unidades sociais nas condições anteriores. Assim, o quadro social é agravado e impõe a toda a população rural a miserabilização da vida.

Vivendo em uma realidade social em que o dinheiro se transformou no agente principal de qualquer atividade, as milhares de famílias de lavradores necessitam cada vez mais se submeterem à venda da força-de-trabalho, externamente, para suprirem as demandas imprescindíveis à reprodução de cada um, da família e da coletividade em que estão inseridas. Instaura-se um processo de migração sazonal para as regiões mais ricas do país, dado que no norte de Minas os valores pagos pelos fazendeiros não são atrativos para viabilizar o amealhar dos recursos financeiros pretendidos, por cada um, quando oferta sua força-de-trabalho no mercado agropecuário nacional. Como tenho ouvido em diferentes localidades, “os fazendeiros fingem que pagam e nós fingimos que trabalhamos”. A oferta de trabalho nas fazendas da região continuam em processo, mas elas não se configuram como sendo a estratégia privilegiada dos lavradores que preferem migrar, sazonalmente, para fora do norte de Minas, principalmente para a região

do café no triângulo mineiro, para a região de agricultura irrigada baiana e para a região do corte da cana e colheita de laranjas paulista.

Há alguns anos, ao fazer uma análise comparada da renda per capita dos municípios norte mineiros antes da modernização do sistema produtivo regional com a vigente no início dos anos 1990, um professor de economia da Unimontes afirmava achar-se surpreso, dado que a renda per capita anterior era superior à do período contemporâneo¹¹.

Toda uma rede de bens de consumo coletivos foi implantada e está sendo ampliada por toda a região para que a população tenha acesso a energia elétrica, abastecimento de água, telefonia, serviços educacionais e de saúde, melhorando sobremaneira a qualidade de vida das populações, sejam as mais carentes ou não.

Entretanto, as condições objetivas para uma melhoria eficaz das condições de vida da população norte mineira não se verificou. Nas cidades não há oferta de trabalho suficiente para alocar a mão-de-obra subempregada ou desempregada e mantida em condições miseráveis de vida. Na zona rural as famílias de lavradores foram forçados a viver em diminutas parcelas de terra, incapazes de viabilizar-lhes minimamente as condições de vida, dado que a concentração da terra em mãos de poucos, para especulação imobiliária, principalmente, não lhes têm permitido estruturarem-se como uma unidade produtiva, capaz de reproduzir-se com dignidade. Ressalto a permanência anacrônica do latifúndio como “relações sociais” em que as elites municipais detentoras de imensas extensões de terra não produtivas mantêm as famílias rurais sob seus poderes, controlando suas condições de vida, Costa e outros (2004), como estudado por mim e por estudantes em iniciação científica entre os Negros de Maravilha, comunidade quilombola do município de Catuti.

¹¹ Essa constatação não foi transformada em comunicação acadêmica, apenas circulou nos corredores da universidade no período em que a mesma foi realizada.

Considero, ainda, importante mencionar a desvalorização das coisas propriamente norte mineiras, durante o processo de modernização das relações de produção. Nada que foi construído historicamente no norte de Minas possuía valor frente à modernidade necessária, como apregoava a elite regional. A cultura, a comida, o sistema de produção, os saberes, os dizeres, os quereres regionais deveriam e devem ser abandonados para que os padrões urbanos possam conduzir a todos ao reino de felicidade. A desvalorização do saber, fazer, dizer, cantar e querer, retira de qualquer ser humano a alegria de viver. Imbuídos dessa desvalorização, passa-se a viver por viver, sem vontade alguma, pois o que é propriamente local e que cada um vivencia frente ao saber, fazer, dizer, cantar e querer que vem via políticos, fazendeiros, funcionários públicos, técnicos e mídia nada vale. A cultura regional, internacionalmente conhecida a partir da obra de João Guimarães Rosa, não tem valor nenhum em seu próprio território.

Em resumo, a modernização do sistema produtivo regional significou, para as camadas mais abastadas da população, níveis de desenvolvimento, devido ao acesso privilegiado a financiamentos, a empregos, a posições nas entidades, organizações e instituições que se implantaram para subsidiar a estruturação das condições necessárias ao capital. Se compararmos o fazendeiro abastado descrito pelo Cônego Maurício Gaspar (s/d) com um fazendeiro atual, veremos que sua situação de vida transformou-se radicalmente. Mas, para as camadas carentes norte mineiras, a modernização do sistema produtivo, apesar do acesso a bens de consumo coletivo, não teve significação propriamente positiva, mas sim, principalmente negativa, dado que as condições de reprodução da vida não têm garantido uma situação confortável de vida.

Os sentidos do desenvolvimento para os subalternos

De uma outra maneira podemos olhar a questão da distribuição da riqueza gerada regionalmente, comparando os períodos anteriores à modernização do sistema produtivo, com o sistema produtivo tradicional. Essa outra forma é apreender como as populações pensam as temporalidades, as vividas no passado, correlacionando-as com as atuais.

Em Serra Nova, pequeno povoado de Rio Pardo de Minas, essa leitura correlacionada das temporalidades passadas e presentes pode ser feita a partir da análise que os agricultores familiares fazem da festa dedicada a Sant'Ana. Anteriormente, essa festa religiosa tinha caráter microregional. Para ela, acorriam pessoas das mais diversas povoações norte mineiras e do vale do Jequitinhonha. Atualmente, a população que ocorre à festa restringiu-se aos moradores das cercanias desse povoado. Trabalhando com essa população, questionei o porquê desse esvaziamento e a leitura feita pode ser resumida na seguinte afirmativa: *Festejar o quê? A miséria?* Esta é a resposta dada por diversas pessoas. Para eles, os tempos atuais têm imposto uma miserabilização da vida que se reflete no festar coletivo. Na antropologia, o estudo de festas como ritos sociais, a partir da perspectiva durkheimiana de vê-las como atos de sociedade¹², tem permitido compreendê-las como atos performativos, através dos quais as populações em festas expressam sua visão de mundo e afirmam suas realidades¹³. Dentro dessa ótica, entender os sentidos da fala dos serra novenses é compreender que, apesar do acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água, ao atendimento à educação e à saúde, a vida cotidianamente vivida se empobreceu. Questiono se o acesso aos bens coletivos, tão necessários para se pensar o índice de desenvolvimento humano, são

¹² Durkheim (1996) tratar das crenças e ritos totêmicos procurando construir uma teoria de sociedade. Para este autor, os atos festivos como atos de sociedade não apenas expressam uma realidade coletiva, mas também a constrói.

¹³ Vide Tambiah (1985) que desenvolve uma abordagem performativa dos ritos e Peirano (2001) que amplia a perspectiva dos atos performativos para além de ritos e festas.

realmente os parâmetros para se pensar o Espinhaço, desenvolvimento social. Considerando a leitura feita naquele pequeno povoado aos pés da serra do tenho certeza que não.

Em Matias Cardoso, lendo a Festa do Divino, rito religioso trazido de Portugal e realizado no Brasil pelos “homens de bem” e fidalgos, partícipes das camadas mais elevadas da sociedade colonial e correlacionando-as com outras festas do divino que foram lidas por outros antropólogos, é possível, também, fazer uma leitura da temporalidade passada, correlacionando-a com a temporalidade presente e daí tirar uma lição para a nossa discussão sobre desenvolvimento social. Vejamos. Na cidade a partir de onde emerge o norte de Minas como realidade social, a Festa do Divino é realizada, ainda, pelos membros da Irmandade do Divino, todos pertencentes à elite local. Mas para o povo, a festa já não possui mais a mesma efervescência e, por isso mesmo, perdeu sua eficácia. Ela já não representa mais a realidade local nem em seu caráter cultural, social, político ou econômico. Nascida no interior de uma vida social construída a partir de valores de cooperação, solidariedade e reciprocidade, a sociedade local expressava esses valores que alicerçavam a coletividade na comensalidade compartilhada por todos. Era o tempo da fartura, não apenas de alimentos, mas também, de sociabilidade, de trabalho, de vínculos sociais¹⁴.

Atualmente, ela representa apenas a elite local, empobrecida, que não é mais capaz de englobar o conjunto da sociedade local. Os vínculos vivenciados são apenas aqueles que articulam a elite matienense em seus projetos de poder e a população sendo frouxamente englobada por meio da troca de favores. O rito da comensalidade que anteriormente era realizado na principal praça da cidade, atualmente é realizado em local fechado e restrito apenas aos convidados da Irmandade do Divino. Questionando o povo sobre essa leitura da fartura e da pobreza, recebi

amplamente como resposta que a atualidade impôs à população local e em todos os lugares a miserabilização da vida, apesar da facilidade com que se tem acesso à bens coletivos como energia elétrica, abastecimento de água, atendimento à educação e à saúde. Mas falta acesso à dignidade da vida, que nos tempos anteriores era a moeda corrente. Os homens eram honrados e, como tal, sabiam honrar seus compromissos, coisa que não acontece atualmente.

Em Brejo dos Crioulos, focalizando a festa do Bom Jesus para compreender o discurso que a comunidade enunciava festivamente para a sociedade que a circunda, pude compreender que correlacionando os tempos, havia um tempo de fartura para os crioulos que viviam no interior da Mata da Jahyba distanciado dos bens coletivos tão caros aos índices de desenvolvimento humano, contraposto a um tempo de penúria vivido pelos morenos atualmente. A fartura é compreendida como fartura de terra, livremente apropriável, a possibilidade de vínculos sociais com estrangeiros que os procuravam para estabelecer comércio, o festejar negro nas rodas de batuque e a atualização da cultura legada pelos ancestrais. Com a modernização da agricultura no norte de Minas financiada com recursos do FINOR pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ocorreu a “domesticação” dos crioulos que se morenizaram e deixaram de ser analfabetos, passaram a ter acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água, à telefonia, à educação, à saúde e ao transporte coletivo, para as sedes municipais, São João da Ponte e Varzelândia e para a cidade pólo regional, Montes Claros.

Ressalto que a afirmativa local que passaram de crioulo a moreno expressa a leitura do englobamento do mundo negro pelo mundo branco, ou de outra forma, o abandono da lógica negra para subordinar-se à lógica branca, assim embranquecendo. Mais esse sentido para complexificar a ideologia do embranquecimento tão cara à elite nacional. Seria

¹⁴ Eduardo Ribeiro (s/d) organizando as *lembranças da terra* da população do Jequitinhonha e Mucuri, informa em diversas narrações de vida de lavradores, garimpeiros, representantes populares, etc. que o tempo de fartura articula as múltiplas dimensões da vida de um povo.

possível crioulizar a noção de desenvolvimento? As populações locais, com suas estratégias de desenvolvimento diferenciadas da estratégia hegemônica, têm dado resposta a esta questão, mas nem sempre aqueles que compartilham o ponto de vista ocidentalizado têm tido a capacidade de perceber.

E, apesar do domesticar-se vivido nas festas realizadas, esses quilombolas expressam a penúria do tempo atual. A miserabilidade tomou conta de suas vidas, o território ancestral está aprisionado, como especulação imobiliária em mãos de fazendeiros; a vegetação rica em alimentos e remédios foi dizimada e trocada pelo capim, para a alimentação de gados que não existem; as lagoas diminuíram seus tamanhos e assorearam devido ao desmatamento e os peixes que nelas haviam, morreram com os agrotóxicos jogados nos capinzais pelos fazendeiros, para baratear os custos de seus empreendimentos. Os animais silvestres acabaram, a quantidade de produtos cultivados diminuiu e não mais se comercializa para as populações circunvizinhas. E, principalmente, a vida só consegue ser reproduzida individual, familiar e coletivamente, se se oferta a força de trabalho no mercado nacional agropecuário, onde submetem-se a condições de trabalho muito semelhantes àquelas que seus ancestrais recusaram e largaram, quando adentraram o sertão e fundaram o quilombo de Brejo dos Crioulos.

Desenvolvimento social: nenhuma esperança no norte de Minas?

Parece-me que até aqui tenho falado de uma situação dual, para não estar em desarmonia com as leituras que se fazem da realidade de nossa nação, o crescimento econômico para as empresas e a transformação das condições de vida para as camadas mais abastadas da população por um lado e, a queda nas condições de reprodução de vida das populações mais carentes que passaram a uma situação de miserabilidade. Não teria então ocorrido desenvolvimento social na região?

A experiência de algumas unidades sociais de lavradores, já chamadas de camponesas, pequenas unida-

des produtivas e atualmente pasteurizadas como agricultores familiares, tem demonstrado justamente o contrário. Ao inserirem-se no mercado não como produtores individuais, mas como uma rede de relações, ofertando produtos tipicamente regionais como pequi, rapadura, polpas de frutas típicas, etc. ocorreu a valorização da cultura e da identidade regional. Se é possível uma leitura numa perspectiva de psicologia social, essas unidades sociais de lavradores, assessorados por entidades com elas compromissadas, saíram dos braços de Thanatos e abraçaram a Eros. É notável a diferença entre uma comunidade assistida por essas entidades e outra delas distanciados, percebe-se a auto-valorização que os lavradores possuem individual e coletivamente, assim como a leitura de mundo que fazem.

O que mudou significativamente? Tomemos duas comunidades como representantes desses dois modos de inserção no mundo social norte mineiro. A comunidade de Macaúbas na divisa dos municípios de Olhos D'Água e Bocaiúva apesar do acesso à energia elétrica, à telefonia, ao abastecimento de água, a projetos de irrigação, a serviços educacionais e de saúde e de sua representação no legislativo municipal, pode ser considerada uma comunidade triste. Suas festas não mais são realizadas; a união da comunidade apenas se expressa nos momentos de morte de algum morador. Vivi inserido em sua vida por cerca de dois anos e posso afirmar ser esta uma comunidade sem auto-estima, que se julga inferior frente a qualquer uma outra. A comunidade da Tapera, no município do Riacho dos Machados, assistida pelo Centro de Agricultura Alternativa, possui uma visão de mundo em que se percebe a efervescência da coletividade. Inserida no mercado regional, oferta produtos agrícolas e produtos tipicamente regionais, propiciando às populações das cidades o acesso a produtos fora do período de safra. Percebo, na vida dos membros dessa unidade social de lavradores, uma auto-valorização de cada um, da coletividade, da cultura regional e da identidade de sertanejos, como jamais vi em outros lugares, além de não mais ofertarem a força-de-trabalho de cada um no mercado agropecuário nacional. A valorização da vida vivi-

da localmente absorveu a todos propiciando níveis de vida superiores à maioria das comunidades rurais da região.

Necessário, por último, considerar as estratégias que as populações locais têm desenvolvido para garantir a reprodução de cada unidade familiar. Uma delas e que julgo significativa, é o deslocamento de parte da família para as periferias das cidades e, dessa forma, estendendo a territorialidade do grupo para além dos seus limites na localidade de origem. Os vínculos mantidos entre os membros da família ou da unidade social de lavradores, com essas parcelas urbanas do seu território, demonstram a busca de caminhos próprios para saírem da miserabilidade em que se encontram, independentes daqueles apontados e propugnados pelos gestores de políticas públicas.

É diante desta constatação que recorri ao conceito de Região Cultural desenvolvido por Manoel Diegues Júnior (1960) na perspectiva desenvolvida pelo indiano Radhakamal Mukerjee. O desenvolvimento social de uma região só tem eficácia ampla quando consideradas as relações do homem com seu ambiente, maximizando as potencialidades que na trajetória histórica de cada povo foram sendo desenvolvidas, conforme o padrão estabelecido, a partir destas relações. Sob a lógica hegemônica do capital, permanece sendo atualizada a lógica da reciprocidade instituidora do mundo tradicional.

Com isto não quero dizer que o desenvolvimento econômico é a causa das desgraças do mundo, muito antes pelo contrário, ele trouxe benefícios para a humanidade, apesar da miserabilização recorrente nos países periféricos. Querer um desenvolvimento social local, regional ou nacionalmente capaz de dar condições dignas, equitativas e justas de vida para todos, se faz necessário considerar as potencialidades locais, regionais ou nacionais e maximizá-las para garantir que a cultura e a identidade de um povo não seja corroída pelo canto de sereia da modernidade.

Assim, o desenvolvimento de uma sociedade nacional se se quer que permita o acesso da totalidade de

seus membros aos benefícios gerados, há que considerar não apenas a geração de lucros e de riqueza para reprodução do sistema capitalista, mas há também que considerar a maximização das potencialidades locais e regionais dentro de lógicas não-capitalistas, mas enriquecedoras do homem. Como fazê-lo? Articular a vida local, por meio de redes de solidariedade, para vinculá-la ao mercado de consumo, principalmente regional, mas sem esquecer as conexões mundiais.

E o compromisso ético dos intelectuais locais frente ao destinos das populações que estudam? Como podem contribuir para que o desenvolvimento não seja apenas econômico e sustentador do capital, mas que seja também social na perspectiva que emerge em algumas unidades sociais de lavradores e em alguns nichos das periferias urbanas? Não que pense ser essa perspectiva uma regra, mas vejo-a como experiência exitosa, que tem iluminado o presente das camadas subordinadas da população. É fundamental que os intelectuais se comprometam e, regionalmente, desenvolvam a capacidade de compreender a existência de diferentes pontos de vistas da população que alicerçam suas estratégias e suas lógicas produtivas e de vida e que tem possibilitado a manutenção da vida. Penso que, muitas vezes, o conjunto dos intelectuais vinculados à universidade regional não desenvolveu plenamente a capacidade de conhecer a realidade em que se encontram inseridos, pois análises e interpretações que são desenvolvidas, não têm tido a capacidade de perceber a existência da diferença e, principalmente, de reconhecer o valor das estratégias das populações locais, vendo-as nascidas de uma cultura depreciada e a ser ultrapassada. Mas, as periferias urbanas e as unidades sociais de lavradores muito têm a nos ensinar. Penso que o papel tanto dos intelectuais quanto da universidade se se querem estar, realmente, envolvidos na vida regional e se se quer contribuir para o desenvolvimento social da totalidade da população, deve ser, olhar para as coisas propriamente regionais, vendo nelas os valores, as lógicas e as estratégias que atualizam, pois já secularmente malhadas nas bigornas

dos tempos históricos. E, principalmente, articulá-las com a sabedoria de suas gentes, sem desprivilegiar as coisas locais e regionais frente a modernidade estridente que aqui chega e que divulga a partir de paradigmas tecnológicos e científicos incapazes de aceitar a existência da diferença.

Referências Bibliográficas

AMORIM, João Roberto Drumond. *Oligarquias, Coronelismo, Caciques e Populistas*. 2. ed. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2001.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

BERNARDEZ, Manuel. *O Gigante Deitado*. Notas e Actos de doze annos de vida no Brasil. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, [s.d.]. 2 volumes.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A Economia dos Bens Simbólicos. In: *Razões Práticas*. 5. ed. São Paulo: Papirus. pp. 157-194, 2004.

BURTON, Richard. *Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977. (Reconquista do Brasil, 37).

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom*. O Terceiro Paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação sociológica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CARDOSO, José Maria Alves. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, M. F. M. et al. *Forma-*

ção Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Ed. Unimontes, pp. 173-346, 2000.

CORONIL, Fernando. *The Magic State: Nature, Money, and Modernity in Venezuela*. Chicago: The Chicago University Press, 1997.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, G. R. dos (Org). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas*. Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, pp. 77-98, 1997.

COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e Baianeiros: Englobamento, Exclusão e Resistência*. 2003. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 2003.

COSTA, João Batista de Almeida; Patrício, C.; Brito, V. E. de. *Negros de Maravilha: abandonados e esquecidos, agora lembrados*. Diagnóstico cultural, sócio-econômico e político. Montes Claros: FUNORTE, Mimeografado, 2004.

COSTA SILVA, René Marc. *Por Onde o Povo Anda... A Construção da Identidade Quilombola dos Negros de Rio das Rãs*. 1998. Tese (Doutorado) – Departamento de História, UnB, Brasília, 1998.

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1960.

DURKEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GASPAR, Maurice. *No Sertão de Minas*. [s.l.]: Premonté, [s.d.]. Mimeografado.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- GODBOUT, Jacques T. *O Espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais: Breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: Luz, C.; Dayrell, C. (Orgs). *Cerrado e Desenvolvimento*. Tradição e Atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, pp. 19-46, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Cloude. Raça e História. In: *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 328-366, 1976. (Biblioteca Tempo Universitário 45).
- MACHADO, Bernado Matta. *A História do Sertão Noroeste do Estado de Minas Gerais, 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MARTINS, Herbert Toledo. *A Expansão da Ordem Patrimonialista Portuguesa em Minas Gerais: 1690-1736*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777/1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins et al. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.
- PEIRANO, Mariza (Org.) *O Dito e o Feito*. Ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- PIRES, Simeão Ribeiro. *Serra Geral: Diamantes, Garimpeiros e Escravos*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2001.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, 2001.
- RIST, Gilbert. *The History of Development: from Western Origins to Global Faith*. London & New York: Zed Books, 2002.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida*. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Belo Horizonte: [s.n.], [s.d.]. Mimeografado.
- SENA, Custódia Selma. *Interpretações Dualistas do Brasil*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: Autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, pp.11-30, 2000.
- TAMBIAH, Stanley J. *Culture, Thought and Social Action. An Anthropological Perspective*. Cambridge: Havard University Press, 1985.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s.n.], 1900.